

**Áreas protegidas
ou áreas ameaçadas?
A incessante busca pelo ouro
em Terras Indígenas e Unidades
de Conservação na Amazônia**

Conselho Diretor

Ricardo Sennes (Presidente)

Marcos Lisboa

Mariana Luz

Sergio Leitão

Conselho Científico

Rudi Rocha (Presidente)

Ariaster Chimeli

Bernard Appy

Fernanda Estevan

Izabella Teixeira

Marcelo Paixão

Marcos Lisboa

Ricardo Abramovay

Conselho Fiscal

Plínio Ribeiro (Presidente)

Fernando Furriela

Zeina Latif

Áreas protegidas ou áreas ameaçadas? A incessante busca pelo ouro em Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia

Estudo idealizado pelo Instituto Escolhas

Coordenação Geral

Larissa Rodrigues (Instituto Escolhas)

Coordenação Técnica

Carlos Alberto Manso (Universidade Federal do Ceará)

Pesquisadores

Felipe Bastos (Universidade Federal do Ceará)

Rodolfo Finatti (Universidade Federal

do Rio Grande do Norte)

Colaboradores

Marta Salomon (Agência Rubrica)

Instituto Escolhas

São Paulo, fevereiro, 2021

O INSTITUTO ESCOLHAS

DESENVOLVE ESTUDOS

E ANÁLISES SOBRE

ECONOMIA E MEIO

AMBIENTE PARA VIABILIZAR

O DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL.



A incessante busca pelo ouro em Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia Legal

6,2

milhões de hectares

Área coberta por pedidos de pesquisa para a mineração de ouro dentro de **Terras Indígenas e Unidades de Conservação** na Amazônia Legal.



2 países como a **Bélgica** ou **40** cidades como **São Paulo**

3,8

milhões de hectares

Área coberta por pedidos de pesquisa para a mineração de ouro dentro das **Unidades de Conservação** na Amazônia Legal.



1 país como a **Suíça** ou **7** cidades como **Brasília**

2,4

milhões de hectares

Área coberta por pedidos de pesquisa para a mineração de ouro dentro de **Terras Indígenas** na Amazônia Legal.



1 estado como **Sergipe** ou **20** cidades como o **Rio de Janeiro**

Extensão dos pedidos de pesquisa para o ouro nas Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia

Área de Proteção Ambiental do Tapajós

1,2

milhão de hectares

É a Unidade de Conservação com a maior área coberta por pedidos de pesquisa para o ouro. Ela está situada no estado do Pará.

Equivalente a

1,7 milhão de



Maracanãs

Floresta Nacional de Roraima

583.420

hectares

É a Unidade de Conservação com a segunda maior área coberta por pedidos de pesquisa para o ouro. Ela está situada no estado de Roraima.

Equivalente a

817 mil



Maracanãs

Terra Indígena Yanomami

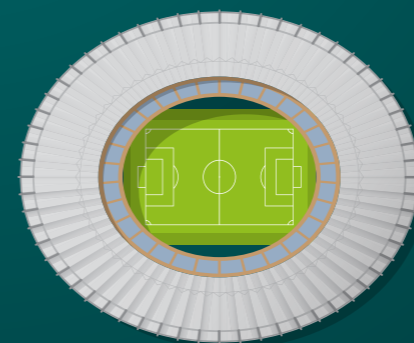
748.674

hectares

É a Terra Indígena com a maior área coberta por pedidos de pesquisa para o ouro. O território está situado nos estados do Amazonas e de Roraima.

Equivalente a

1 milhão de



Maracanãs

Terra Indígena Baú

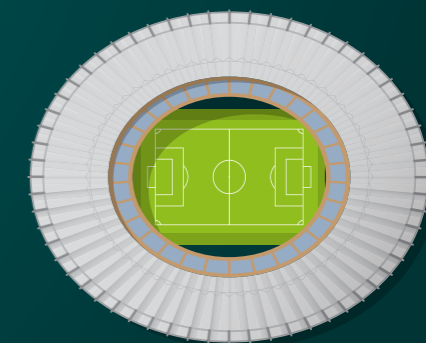
470.524

hectares

É a Terra Indígena com a segunda maior área coberta por pedidos de pesquisa para o ouro. O território está situado no estado do Pará.

Equivalente a

659 mil



Maracanãs

Apresentação

As Terras Indígenas e as Unidades de Conservação na Amazônia Legal possuem 6,2 milhões de hectares ameaçados pela busca pelo ouro. Essa é a extensão dos pedidos de pesquisa para a exploração do metal em áreas protegidas, equivalente a dois países como a Bélgica ou 40 vezes a cidade de São Paulo.

Nas Terras Indígenas a mineração não é permitida¹ mas, apesar disso, a área para a pesquisa de ouro já ocupa 2,4 milhões de hectares. Desde 2018, houve um aumento no número de solicitações nesses territórios, com um recorde de 31 registros em 2020².

Em Unidades de Conservação, os pedidos para a pesquisa de ouro já ocupam 3,8 milhões de hectares, representando uma ameaça para essas áreas criadas pelo Poder Público justamente para garantir a proteção ambiental, o que não é compatível com uma atividade de grande impacto, como é o caso da extração de minérios, como se viu com os desastres de Mariana e Brumadinho.

No total, são 85 territórios indígenas afetados pelos pedidos de pesquisa para o ouro e 64 Unidades de Conservação. Somente na Terra Indígena Yanomami, entre os estados do Amazonas e de Roraima, são 749 mil hectares sob registro. Na Terra Indígena Baú, no Pará, a segunda em extensão de processos, 471 mil hectares estão registrados, ocupando um quarto de seu território.

Pedidos de pesquisa para o ouro

85 Territórios Indígenas

64 Unidades de Conservação

Esse é o resultado deste estudo inédito, que traz números atualizados até 2020³ sobre o tamanho da ameaça que o ouro impõe às áreas protegidas na Amazônia Legal. Para isso, analisou todos os pedidos de pesquisa para o ouro (requerimentos e autorizações de pesquisa) registrados na Agência Nacional de Mineração (ANM) – já que esses pedidos indicam o interesse privado pelas áreas –, com o cuidado de verificar tanto as bases de dados públicas, como de solicitar à própria agência os pedidos realmente ativos, garantindo a análise correta das solicitações para dimensionar as sobreposições com Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

A análise é extremamente relevante diante do atual cenário de aumento da produção de ouro na Amazônia, que vem acompanhado por iniciativas para liberar a mineração em Terras Indígenas – como o Projeto de Lei 191/2020, apresentado pelo Governo Federal –, e em Unidades de Conservação, e para regularizar operações que já ocorrem dentro dessas áreas.

Para se ter uma ideia, os municípios da Amazônia Legal arrecadaram, em 2020, uma compensação financeira pela extração de ouro 60% maior do que todo o ano de 2019 e 18 vezes acima do valor registrado há dez anos. A participação desses municípios na arrecadação nacional era de apenas 13% em 2010, chegando a 47% em 2020⁴.

Infelizmente, esse aumento na produção de ouro vem acompanhado de um lastro de destruição ambiental e social, além de não trazer desenvolvimento para a região, como confirmado em recente estudo do Escolhas⁵. Não são poucas as notícias que estampam os jornais com um ouro manchado pela invasão de territórios indígenas, violência, tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro, trabalho escravo, prostituição, contaminação dos rios e de pessoas pelo mercúrio e desmatamento.

A busca pelo ouro na Amazônia está enraizada em práticas ilegais, que hoje respondem por cerca de 16% da produção do país, com a extração em áreas proibidas e sem nenhum tipo de controle⁶. Mas essa fatia da ilegalidade pode ser muito maior, já que não há como contabilizá-la ao certo.

O controle social sobre a atividade é pequeno. Faltam transparência e mecanismos de verificação para os dados do setor e não existe um sistema efetivo de rastreabilidade, que permita acompanhar a origem do ouro produzido. Isso prejudica as ações de fiscalização e controle e fomenta o comércio ilegal no país, pressionando ainda mais as áreas que deveriam estar protegidas pelo bem do meio ambiente e da sociedade.

¹ De acordo com a Constituição Federal, pelos artigos 176 e 231, a mineração em Terras Indígenas só pode ocorrer mediante lei (autorização) do Congresso Nacional e com consulta às comunidades, mas hoje não existe uma legislação que regulamente a atividade dentro dos territórios.

² Considerando o número de registros da última década.

³ Dados analisados até 25 de novembro de 2020.

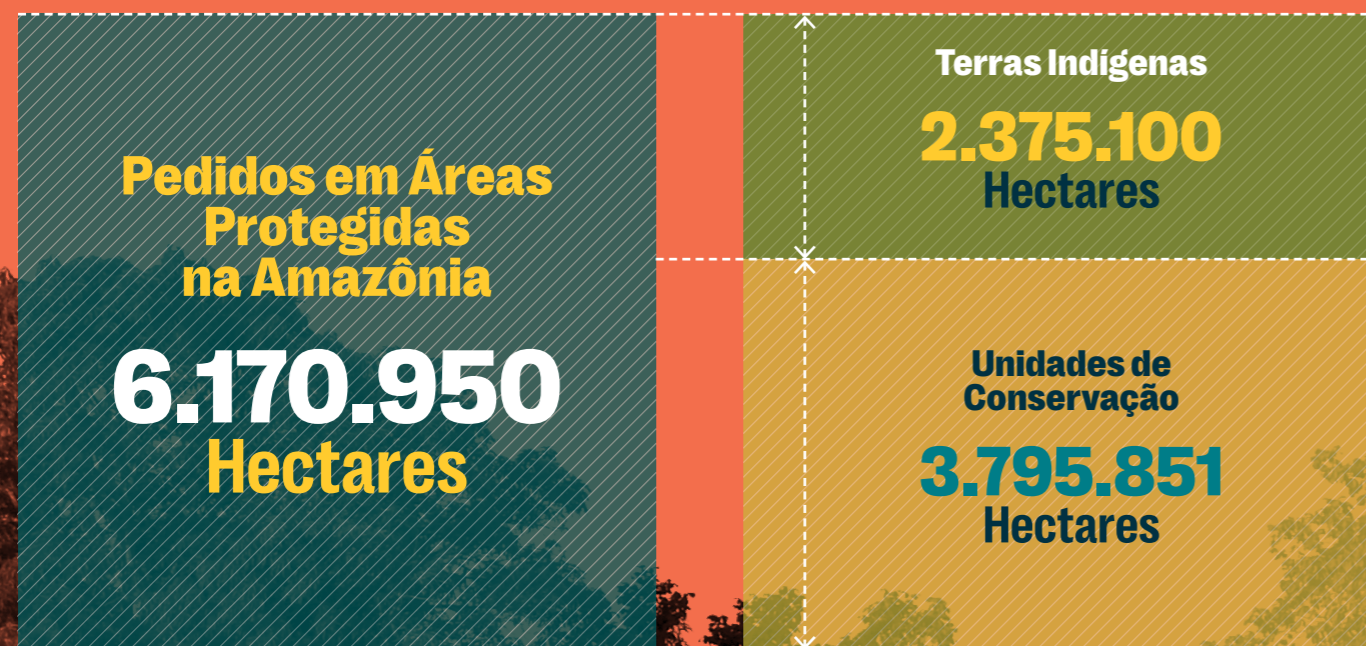
⁴ De acordo com os dados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) disponibilizados pela ANM. Os dados de 2020 foram analisados até o mês de outubro.

⁵ Acesse o estudo "Qual o real impacto socioeconômico da exploração de ouro e diamantes na Amazônia" em: <https://www.escolhas.org/biblioteca/estudos-instituto-escolhas/>

⁶ Dado estimado pelo IBRAM em 'Políticas Públicas para a Indústria Mineral', de 2020.

A extensão da busca pelo ouro em Terras Indígenas e Unidades de Conservação

EXTENSÃO DOS PEDIDOS DE PESQUISA PARA O OURO EM ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA LEGAL



Fonte: elaboração dos autores, com base nos dados de processos ativos da ANM em 25 de novembro de 2020.

Nota: os pedidos de pesquisa incluem requerimentos e autorizações de pesquisa.

Hoje, existem 6,2 milhões de hectares dentro de Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia Legal cobertos por pedidos de pesquisa para o ouro⁷.

Apenas em Terras Indígenas, onde a exploração de minérios não é permitida⁸, os pedidos estão espalhados por 85 territórios e somam 2,4 milhões de hectares. A Terra Indígena Yanomami, entre os estados de Roraima e do Amazonas, e a Baú, no Pará, são as que possuem as maiores áreas cobertas pelos pedidos.

Em Unidades de Conservação incompatíveis com a atividade de mineração, já que foram criadas pelo Poder Público justamente para garantir a conservação da natureza, os pedidos de pesquisa para o ouro somam 3,8 milhões de hectares e estão espalhados por 64 unidades.

⁷ Os pedidos de pesquisa analisados incluem os processos de requerimentos e de autorizações de pesquisa registrados e ativos na ANM.

⁸ Considerando as condições previstas na Constituição Federal, nos artigos 176 e 231.

Uma lista completa das Terras Indígenas e das Unidades de Conservação na Amazônia Legal, com as respectivas áreas sobrepostas por pedidos de pesquisa para o ouro, é apresentada ao final do documento, junto com mapas que ilustram algumas das áreas afetadas.

TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL COM AS MAIORES ÁREAS COBERTAS POR PEDIDOS DE PESQUISA PARA O OURO

Terra Indígena	Área coberta com pedidos de pesquisa (hectares)	% do território coberto por pedidos de pesquisa
Yanomami (AM/RR)	748.674	7,7%
Baú (PA)	470.524	24,6%
Raposa Serra do Sol (RR)	139.960	8%
Kayapó (PA)	122.289	3,7%
Menkragnotí (MT/PA)	115.152	2,3%

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL COM AS MAIORES ÁREAS COBERTAS POR PEDIDOS DE PESQUISA PARA O OURO

Unidade de Conservação	Área coberta com processos de pesquisa (hectares)	% da área da UC coberta por processos de pesquisa
APA do Tapajós (PA)	1.228.330	59,0%
FLONA de Roraima (RR)	583.420	13,2%
FLONA do Crepori (PA)	441.602	58,8%
FLONA do Amana (PA)	345.224	62,8%
FLONA do Jamanxim (PA)	252.633	19,2%

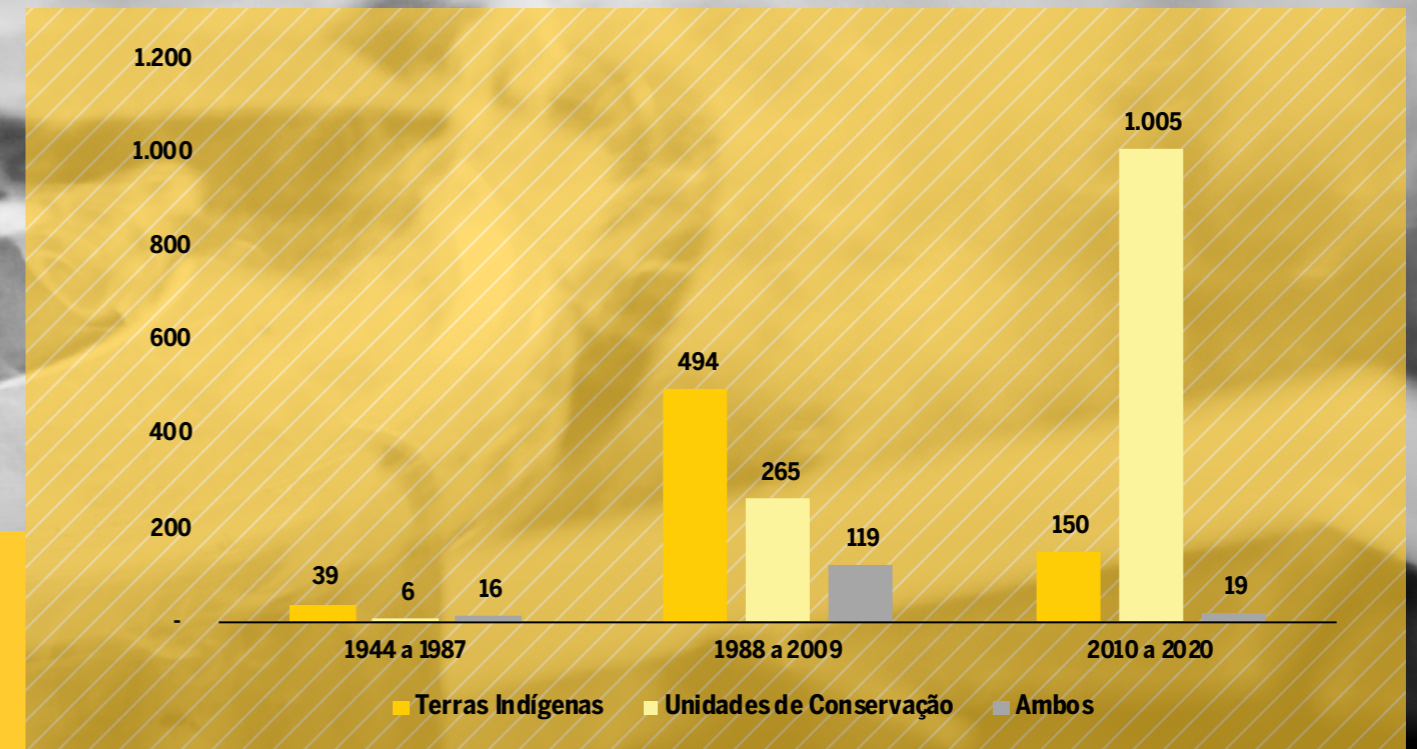
Fonte: elaboração dos autores, com base nos dados de processos ativos da ANM em 25 de novembro de 2020. Nota: os pedidos de pesquisa incluem requerimentos e autorizações de pesquisa.

Panela de pressão

2.113
pedidos de pesquisa para
o ouro em Terras Indígenas
e Unidades de Conservação

A extensão dos pedidos de pesquisa para o ouro, que hoje cobrem **6,2 milhões de hectares** em áreas protegidas na Amazônia Legal, é oriunda de **2.113 pedidos de pesquisa**, entre requerimentos e autorizações registrados e ativos na ANM.

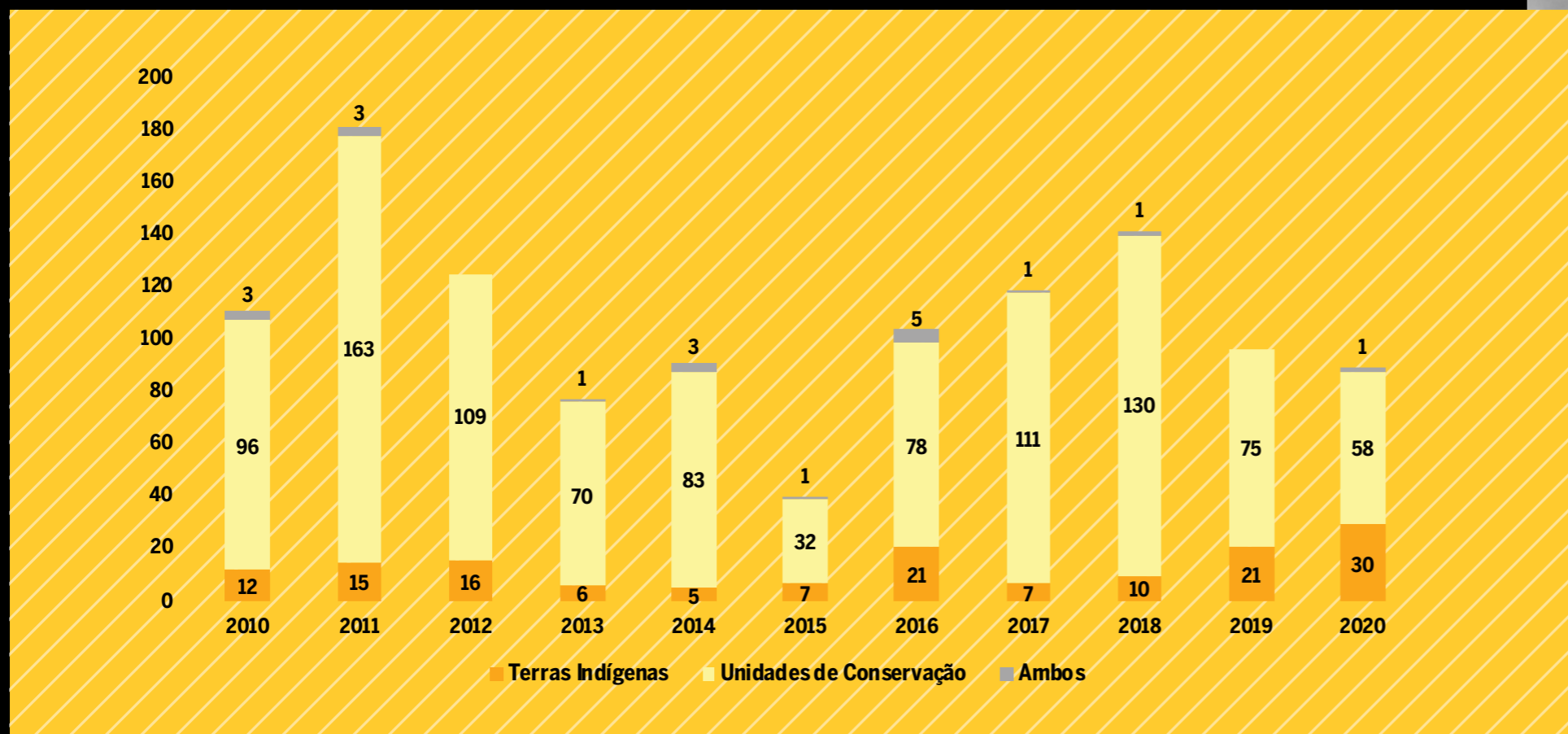
NÚMERO DE PEDIDOS DE PESQUISA PARA O OURO REGISTRADOS NA ANM COM SOBREPOSIÇÃO ÀS ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA LEGAL POR PERÍODO DE REGISTRO



Fonte: elaboração dos autores, com base nos dados de processos ativos da ANM em 25 de novembro de 2020. Nota: os pedidos de pesquisa incluem requerimentos e autorizações de pesquisa.

Na última década, houve um crescimento expressivo desses registros, principalmente dentro de Unidades de Conservação. Em Terras Indígenas, ainda que o número de registros seja menor, é possível verificar um crescimento a partir de 2018, mas especialmente em 2020, ano com recorde de registros. Os números confirmam o crescente interesse privado pela exploração de ouro nessas áreas.

NÚMERO DE PEDIDOS DE PESQUISA PARA O OURO REGISTRADOS NA ANM COM SOBREPOSIÇÃO ÀS ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA LEGAL POR ANO DE REGISTRO



Fonte: elaboração dos autores, com base nos dados de pedidos ativos da ANM em 25 de novembro de 2020.

Nota: os pedidos de pesquisa incluem requerimentos e autorizações de pesquisa.



Entenda como foi analisada a extensão dos pedidos de pesquisa para o ouro dentro de áreas protegidas na Amazônia Legal

Para dimensionar a extensão da busca pelo ouro dentro de áreas protegidas na Amazônia Legal, este estudo optou por analisar todos os pedidos de pesquisa para o ouro (requerimentos e autorizações de pesquisa) registrados na Agência Nacional de Mineração (ANM), com alguma sobreposição com essas áreas.

De acordo com a regulação do setor mineral⁹, a fase de pesquisa é o primeiro passo para uma futura mineração, por isso, os seus pedidos foram interpretados como um indicativo do interesse privado pelas áreas e adotados como uma referência para a análise. No caso do garimpo (permissões de lavra garimpeiras), não há uma exigência de pesquisa exploratória prévia. Ainda assim, os pedidos de pesquisa foram considerados como o indicativo do interesse privado, no sentido mais amplo.

Inicialmente, foi analisada a base de dados pública da ANM, com todos os processos minerários do país, para todos os minerais e fases de exploração até a data de 25 novembro de 2020. Também, foi solicitado à própria ANM o registro dos pedidos apenas ativos,

para garantir que a análise não incluísse pedidos inativos que pudessem constar na base pública. Foram selecionados então aqueles referentes ao ouro e à etapa de pesquisa (requerimentos e autorizações de pesquisa). Ainda que ativos, os pedidos podem apresentar situações como a de relatórios de pesquisa não aprovados ou a de alvarás de pesquisa caducados, entre outras, mas, como estão ativos na ANM, as suas áreas não estão disponíveis para o registro de outros.

Em seguida, por meio de técnicas de geoprocessamento, foram selecionadas as poligonais dos pedidos de pesquisa para o ouro dentro dos limites da Amazônia Legal. Esse subconjunto foi sobreposto aos limites das Unidades de Conservação e das Terras Indígenas, a partir dos dados georreferenciados disponibilizados pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Logo depois, foi aplicada uma metodologia de análise espacial

para mensurar a extensão desta sobreposição em valores individualizados para cada uma das Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

Muitas vezes, diferentes pedidos podem ter poligonais sobrepostas, total ou parcialmente. Ou seja, não é incomum que os pedidos estejam “um em cima do outro”. Para garantir que os resultados do estudo não considerassem uma dupla contagem de áreas, foi usada uma técnica de mesclagem dos pedidos em uma única superfície. Assim, os resultados representam a extensão contínua das poligonais, e não uma simples soma de suas áreas totais. Além disso, foram consideradas apenas as sobreposições com áreas protegidas acima de dez hectares, evitando possíveis erros de mensuração.

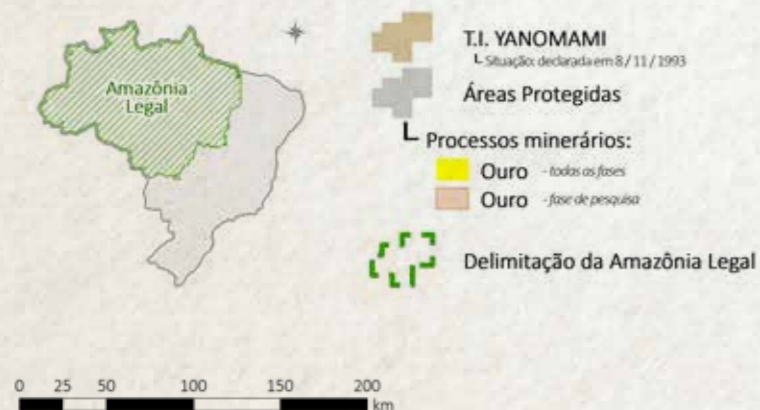
⁹ Os regimes de aproveitamento mineral são dados hoje pelo Decreto 9.406, de 2018, que regulamenta o Código de Mineração, Decreto-Lei 227, de 1967. São eles: (i) o regime de autorização, utilizado para as pesquisas; (ii) o regime de concessão, utilizado após as pesquisas para a extração do ouro; (iii) o regime de permissão de lavra garimpeira; (iv) o regime de licenciamento, para alguns tipos de minerais; e (v) o regime de monopolização, que depende de execução direta ou indireta do Poder Executivo federal.

Áreas com pedidos de pesquisa para o ouro

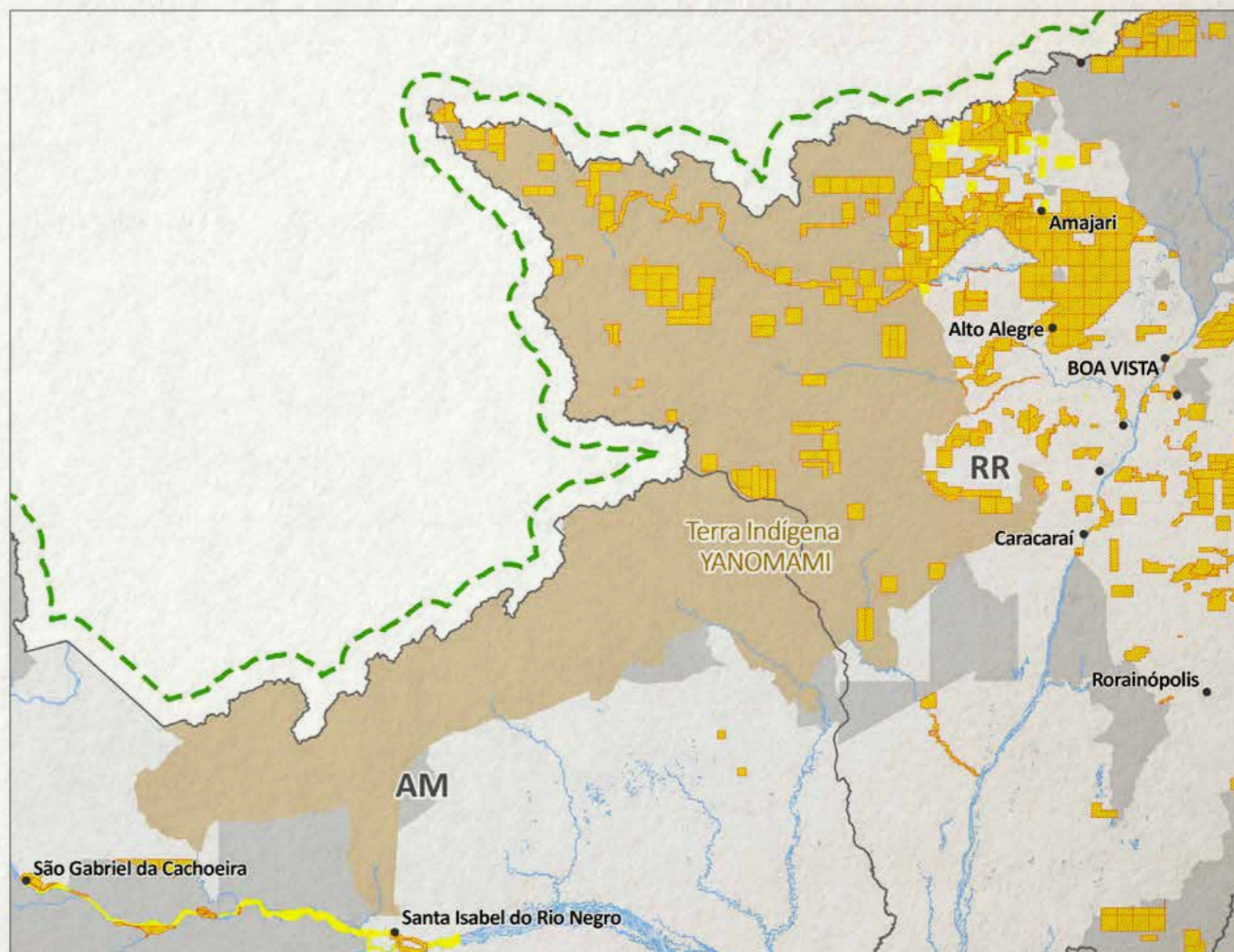
Os mapas a seguir ilustram os pedidos de pesquisa para o ouro dentro da Terra Indígena Yanomami e da Terra Indígena Baú, que são as Terras Indígenas com as maiores áreas cobertas pelos pedidos.

Os mapas indicam que a mineração também está no entorno das áreas, aumentando ainda mais a pressão e a ameaça sobre as áreas protegidas da Amazônia.

Terra Indígena Yanomami

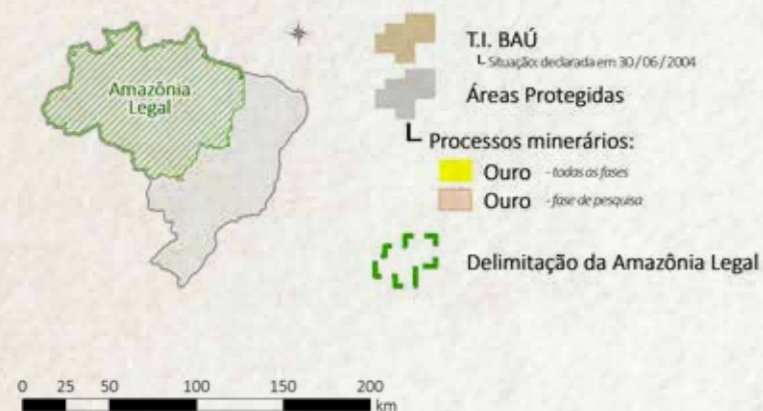


Fonte:
Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2020),
Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2020),
Agência Nacional de Mineração (ANM, 2020).

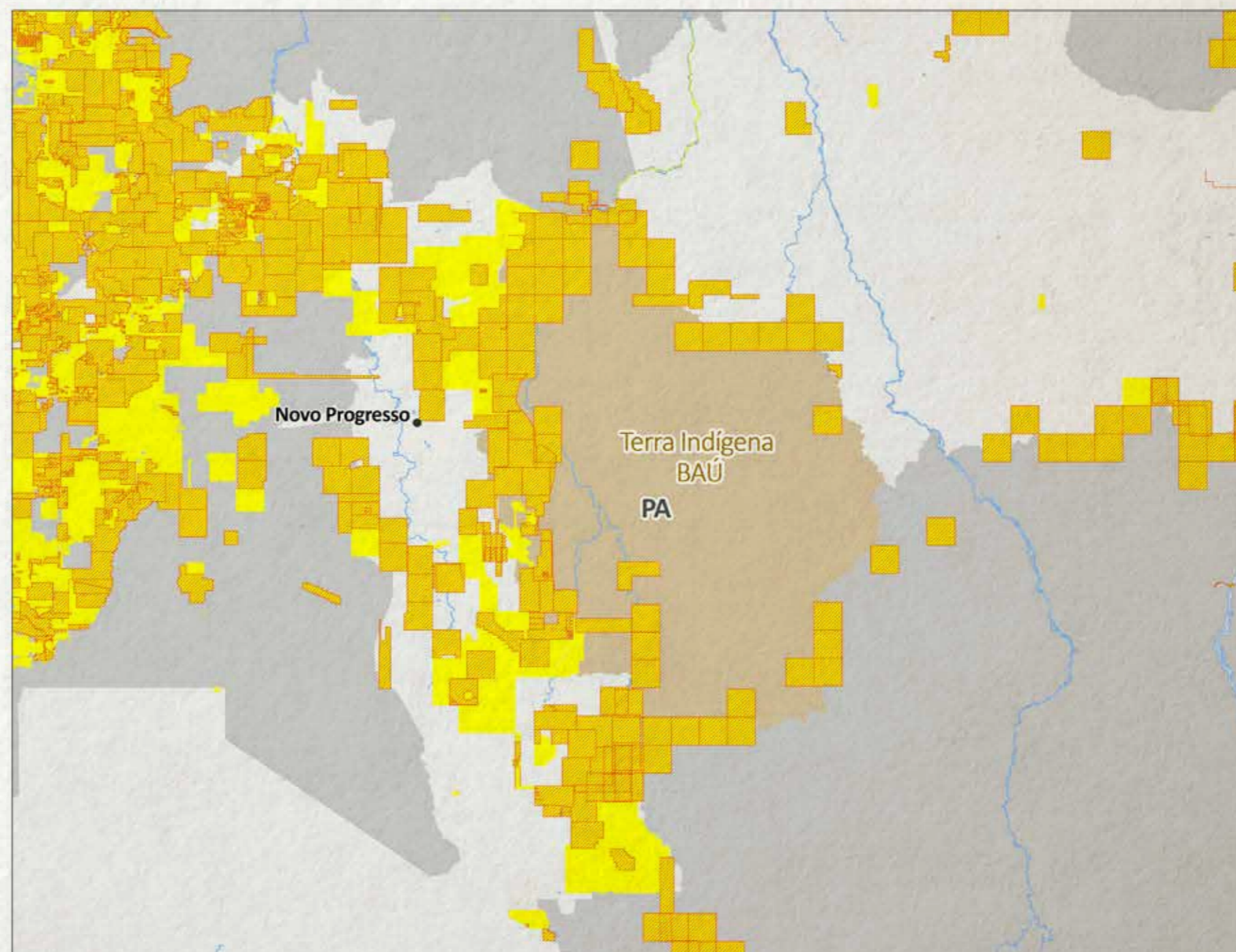


Áreas com pedidos de pesquisa para o ouro

Terra Indígena Baú



Fonte:
Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2020),
Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2020),
Agência Nacional de Mineração (ANM, 2020).



EXTENSÃO DOS PEDIDOS DE PESQUISA PARA O OURO DENTRO DE TERRAS INDÍGENAS E DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL

Sobreposição de pedidos de pesquisa para o ouro com Terras Indígenas na Amazônia Legal			
Terra Indígena	Área total (ha)	Área afetada com pedidos (ha)	% do território com pedidos
Terra Indígena Yanomami	9.694.295,42	748.673,51	7,7%
Baú	1.914.643,61	470.523,93	24,6%
Raposa Serra do Sol	1.758.240,82	139.959,50	8,0%
Kayapó	3.325.837,22	122.288,63	3,7%
Menkragnotí	4.991.239,37	115.152,27	2,3%
Rio Paru d'Este	1.209.733,03	105.261,99	8,7%
Waimiri-Atroari	2.623.992,17	81.232,12	3,1%
Munduruku	2.418.795,24	76.103,01	3,1%
Xikrin do Rio Catete	442.315,59	70.157,11	15,9%
Araçá	51.677,51	50.467,67	97,7%
Parque do Tumucumaque	3.111.567,02	40.768,42	1,3%
Trombetas-Mapuera	4.022.548,36	39.851,81	1,0%
Alto Rio Guamá	281.228,44	38.952,70	13,9%
Apyterewa	784.334,57	29.853,84	3,8%
Jacamim	195.547,29	20.111,95	10,3%
Nhamundá-Mapuera	1.063.197,79	19.979,59	1,9%
São Marcos - RR	661.052,88	17.558,08	2,7%
Sai-Cinza	126.252,46	16.417,62	13,0%
Ponta da Serra	15.629,67	15.420,84	98,7%
Cayabi	167.118,76	14.928,95	8,9%
Wai-Wai	410.885,30	13.532,31	3,3%
Barata Livramento	13.227,35	13.049,80	98,7%
Trincheira-Bacajá	1.675.205,90	12.609,11	0,8%
Terra Indígena Alto Rio Negro	4.685.371,62	10.372,79	0,2%
Kuruáya	169.081,33	10.171,92	6,0%
Boqueirão	16.600,64	9.609,40	57,9%
Aningal	7.646,28	7.538,40	98,6%

Panará	503.412,16	6.665,30	1,3%
Truaru	6.426,00	6.339,46	98,7%
Sucuba	6.125,14	5.788,62	94,5%
Malacacheta	28.851,66	5.276,68	18,3%
Pium	4.627,46	4.562,05	98,6%
Alto Turiaçú	537.381,60	4.177,56	0,8%
Mangueira	4.014,56	3.959,63	98,6%
Raimundão	4.337,45	3.465,17	79,9%
Anta	3.263,39	3.218,99	98,6%
Araweté Igarapé Ipixuna	956.643,24	2.935,00	0,3%
Terra Indígena Médio Rio Negro I	1.808.233,88	2.308,51	0,1%
Badjonkore	225.912,03	1.579,18	0,7%
Terra Indígena Karipuna	156.100,42	1.094,25	0,7%
Kararaô	334.099,83	995,14	0,3%
Mãe Maria	63.449,10	887,57	1,4%
Aripuanã	753.528,93	807,91	0,1%
Karajá Santana do Araguaia	1.461,52	805,17	55,1%
Santa Inez	31.046,12	796,24	2,6%
Arara do Rio Branco	115.544,01	726,61	0,6%
Terra Indígena Tubarão Latunde	117.659,05	711,50	0,6%
Xerente	167.206,80	675,92	0,4%
Terra Indígena Igarapé Lage	108.676,66	603,73	0,6%
Funil	16.251,23	561,71	3,5%
Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau	1.892.706,49	449,05	0,0%
Terra Indígena Rio Branco	238.757,19	406,82	0,2%
Umutina	28.446,58	400,73	1,4%
Sararé	68.220,55	381,11	0,6%
Terra Indígena Médio Rio Negro II	318.654,12	372,20	0,1%
Terra Indígena Rio Biá	1.201.556,18	321,97	0,0%
Ouro	14.136,02	291,92	2,1%
Terra Indígena Rio Mequens	109.302,43	275,01	0,3%
Parakanã	354.938,79	271,30	0,1%
Pequizal	10.161,48	236,84	2,3%

Terra Indígena Igarapé Lourdes	196.605,96	212,99	0,1%
Arara	278.501,92	201,98	0,1%
Parque do Aripuanã	1.623.797,22	167,04	0,0%
Portal do Encantado	43.503,85	163,47	0,4%
Erikbaktsa	84.936,23	125,07	0,1%
Terra Indígena Rio Omerê	26.489,62	119,13	0,4%
Pimentel Barbosa	334.676,58	118,05	0,0%
Terra Indígena Kaxarari	148.689,01	112,47	0,1%
Terra Indígena Alto Rio Negro	3.365.956,81	104,37	0,0%
Terra Indígena Vale do Guaporé	243.552,95	101,69	0,0%
Terra Indígena Tikuna de Feijoal	39.748,68	98,99	0,2%
Serra Morena	149.356,85	87,06	0,1%
Maranduba	209,27	85,28	40,8%
Terra Indígena Ipixuna	218.238,74	81,32	0,0%
Terra Indígena Kwazá do Rio São Pedro	17.010,35	79,89	0,5%
Waiãpi	616.440,57	67,57	0,0%
Terra Indígena Igarapé Capana	130.867,12	61,73	0,0%
Terra Indígena Juma	39.074,12	45,49	0,1%
Parque do Araguaia	1.397.176,68	42,99	0,0%
Terra Indígena Karitiana	90.870,62	41,47	0,0%
Uaçá	477.098,30	25,77	0,0%
Areões	182.621,11	22,14	0,0%
Paquiçamba	4.071,13	14,51	0,4%
Terra Indígena Lago Jauari	12.188,72	12,75	0,1%
Andirá-Marau	802.715,75	10,21	0,0%
TOTAL	66.552.795,92	2.375.099,55	3,6%

Sobreposição de pedidos de pesquisa para o ouro com Unidades de Conservação na Amazônia Legal

Unidade de Conservação	Área total (ha)	Área afetada com pedidos (ha)	% da área
com pedidos	2.083.846,32	1.228.329,51	58,9%
FLONA de Roraima	4.426.807,74	583.420,06	13,2%
FLONA do Crepori	751.117,95	441.601,54	58,8%
FLONA do Amana	549.464,62	345.224,15	62,8%
FLONA do Jamanxim	1.316.850,50	252.632,58	19,2%
RESEX de Curupuru	2.226.021,10	180.228,84	8,1%
FLONA de Itaituba II	430.332,86	121.797,26	28,3%
FLONA de Carajás	401.490,60	54.075,01	13,5%
FLONA de Altamira	773.465,15	47.998,21	6,2%
REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	347.614,69	46.669,45	13,4%
APA Arica-Açu	75.892,60	46.024,89	60,6%
FLONA do Tapirapé-Aquiri	199.841,65	37.866,85	18,9%
FLONA de Mulata	219.434,84	35.395,41	16,1%
FLONA do Amapá	464.713,47	30.340,95	6,5%
FLONA de Pau-Rosa	988.922,69	29.080,30	2,9%
APA da Chapada dos Guimarães	257.324,76	28.869,16	11,2%
Parque Nacional da Serra do Pardo	452.703,61	25.386,23	5,6%
APA Nascentes do Rio Paraguai	71.523,77	24.683,35	34,5%
APA Lago de Palmas	63.895,55	19.954,37	31,2%
Parque Nacional do Jamanxim	871.185,34	19.891,96	2,3%
APA das Cabeceiras do Rio Cuiabá	478.615,10	18.948,73	4,0%
APA do Pontal dos Rios Itiquira e Correntes	207.055,22	18.100,69	8,7%
FLONA do Bom Futuro	277.743,08	15.209,67	5,5%
FLONA do Tapajós	551.660,98	14.503,29	2,6%
FLONA do Itacaiúnas	82.516,73	11.274,63	13,7%
APA Lago de Peixe-Angical	76.375,49	10.719,97	14,0%
RESEX do Rio Ouro Preto	203.622,07	10.211,03	5,0%
APA Lago de Tucuruí	195.014,50	10.167,37	5,2%
FLONA de Itaituba I	224.914,14	9.876,83	4,4%
RESEX Rio Iriri	399.771,33	8.811,99	2,2%

APA Serra do Lajeado	128.167,10	7.367,57	5,7%
RESEX do Rio do Cautário	75.389,55	6.772,39	9,0%
APA Upaon-Açu-Miritiba-Alto Preguiças	1.583.541,57	6.714,24	0,4%
RESEX Riozinho do Anfrísio	745.892,13	6.182,53	0,8%
APA do Igarapé Gelado	20.040,93	5.234,52	26,1%
APA do Rio Dantas e Morro Verde	75.578,72	5.105,86	6,8%
APA Ilha do Bananal	1.590.365,08	4.571,97	0,3%
APA Foz do Rio Santa Tereza	50.764,34	4.468,82	8,8%
REBIO do Tapirapé	101.530,25	3.920,79	3,9%
Parque Nacional da Amazônia	1.125.176,97	3.854,57	0,3%
APA do Salto Magessi	7.939,33	2.368,78	29,8%
FLONA de Anauá	262.128,69	2.083,65	0,8%
APA Baixada Maranhense	1.843.678,33	1.860,77	0,1%
Estrada-Parque Poconé-Porto Cercado	4.132,43	1.809,86	43,8%
APA dos Meandros do Rio Araguaia	345.279,27	1.076,57	0,3%
FLONA do Amazonas	2.157.121,37	1.062,83	0,05%
APA do Jalapão	477.726,74	869,02	0,2%
Estrada-Parque MT 040-361	4.533,83	743,38	16,4%
Parque Nacional do Monte Roraima	115.438,85	741,14	0,6%
Estrada-Parque Rodovia MT-251	5.630,09	368,12	6,5%
Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	3.882.617,43	236,71	0,01%
Estrada-Parque Chapada dos Guimarães	1.992,72	184,98	9,3%
Parque Nacional Serra da Mocidade	379.013,42	162,44	0,04%
Reserva Ecológica Culuene	3.674,29	132,59	3,6%
Estrada-Parque Transpantaneira	8.634,84	129,57	1,5%
Parque Estadual da Serra de Santa Bárbara	121.440,24	118,03	0,1%
Parque Estadual Dom Osório Stafell	6.638,06	113,61	1,7%
Refúgio de Vida Silvestre Quelônios do Araguaia	82.098,65	85,88	0,1%
FLONA do Jatuarana	579.475,17	80,95	0,01%
Parque Nacional do Juruena	1.980.972,58	51,93	0,00%
RESEX Marinha de Gurupi-Piriá	74.684,03	30,62	0,04%
Parque Nacional do Viruá	233.198,19	26,28	0,01%
Monumento Natural Morro de Santo Antônio	261,21	12,97	4,8%
Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins	719.855,60	12,19	0,00%
Total	38.464.350,42	3.795.850,41	9,9%



Foto aérea de uma comunidade indígena na Floresta Amazônica. Foto: MarkFoxPhoto

Veja o estudo completo em:

<http://escolhas.org/biblioteca/estudos-instituto-escolhas/>

Número ISBN:

Título: **Áreas protegidas ou áreas ameaçadas? A incessante busca pelo ouro em Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia**

Organização responsável: **Instituto Escolhas**

Coordenação editorial: **Larissa Rodrigues, Sergio Leitão e Bruna Cenço**

Edição de texto: **Larissa Rodrigues e Bruna Cenço**

Edição de Arte: **Brazz Design**

Foto da capa: **MarkFoxPhoto**

www.escolhas.org

siga Instituto Escolhas



Licença Creative Commons

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Realização:



www.escolhas.org